



EDITORIAL

O “NOVO” NATIMORTO E OS RUMOS DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

O primeiro número de Trabalho&Educação do ano 2023 chega ao leitor quando nos aproximamos do fecho de seu primeiro semestre. Momento no qual, de um lado, a armação de poder surtida das urnas em fins de outubro passado se consolida minimamente, tentando se equilibrar entre as necessárias demandas urgentes das frações mais desamparadas da população com a retomada de algum rumo minimamente decente e os seus limites imanentes. Tais limitações de propositura e ação derivam tanto das relativas fragilidades históricas de sua liderança mais aparente e notória, quanto da sua amplitude que alcançou uma figuração de coordenação proporcionalmente mais difícil na medida de sua grandeza.

Disso resulta, ao lado de posicionamentos que decorrem do tirocínio compartilhado com parte considerável dos grupos sociais, como aqueles ligados à reformulação dos movimentos orçamentários e da disciplina usurária dos juros, quanto certas “vacilações” em outras searas igualmente essenciais para o redesenho menos estreito da acumulação capitalista no Brasil. Um dos exemplos mais caros e claros disso, e que também ajudam a caracterizar a presente quadra semestral, de outra parte, é a forma como não se trata de modo categórico a disputa em torno do ordenamento do ensino médio. Etapa integrante e integradora da formação educativa, cuja importância reside exatamente em seu caráter transitivo, articulando os patamares básico da elaboração escolar com ou bem a futura terminalidade superior ou bem uma continuidade formativa que se norteia pela mediada ou imediata inserção da força de trabalho em algum ramo do processo de produção do capital.

Come d’habitude entre nous, demarcados genética e historicamente pelos traços mais essenciais do teor atrofico do capital elaborado no ir-sendo capitalismo da economia brasileira, igualmente neste assunto ressoam em todos os matizes e tons, a monocórdia do concerto da irresolução. O soi-disant “novo” Ensino Médio, inicialmente gestado já nos fins do primeiro governo Dilma Roussef, mas efetivado, em forma alterada, provavelmente bem mais deletéria, adstringente e mesquinha que a original, na “administração” Temer, expressa com límpida coerência o modo como se perspectiva a reordenação da formação e mobilização médias da força de trabalho na economia brasileira a partir de suas personæ dominantes.

É preciso entender essa reelaboração no dúplice contexto que perfaz a totalidade da interdependência produtiva mundial do capital na época de sua mundialização mercantil. Não se trata, primeiramente, de uma “proposta” puramente autóctone, visualizada unicamente a partir do Standpunkt das classes dominantes brasileiras atroficas. Antes, é uma tendência mundial, que se realiza como complemento da administração “neoliberal” dos empuxos inerentes e imanentes ao capital em sua movimentação de subsunção real da força de trabalho a si. Deste modo, é a uma expressão nova ou “inovadora” da realização do que Marx qualifica no capítulo 13 do Livro I de O Capital como criação social de forças de trabalho vivas de caráter versátil. Esta fisionomia existe como contraparte contraditória da virtualidade posta pelos desenvolvimentos multilaterais da força produtiva do trabalho social de alta composição científico-tecnológica: a

ominilateralidade da individualidade operando na produção. A variedade de princípios, dispositivos e organizações da atividade produtiva, com sua correspondente experimentação de trânsitos que enriqueceriam seja a força viva individual que trabalha seja sua atuação num sentido de abrangência e diversidade de formação e operação se expressa na efetividade atual do capital como força de trabalho convertida em simples “mão de obra” cuja principal determinação é sua vacuidade e abstração. Nesse sentido, o indivíduo “proprietário” privado de sua força de trabalho se converte em fornecedor de potência de produção na qual a ênfase social e operacional se situa preponderante e crescentemente na dimensão a mais abstrata de seu valor de uso: aquela atinente à produção do mais-valor.

O passo correspondente a esta conversão é decisivo do Standpunkt do capital, uma vez que completa como média organizativa socialmente vigente a transformação do meio de trabalho industrialmente configurado e utilizado em modo de controle social da força de trabalho viva. Antevisto por Marx já na sua análise do sistema de maquinarias, acima referida, esta tendência de desenvolvimento imanente ao capital encontra, não sem contradições, no uso intensivo dos processos tecnológicos atualmente de ponta uma nova via de atualização e efetivação.

A reconfiguração do momento médio, situado exatamente in médium, da formação educativa da força de trabalho termina por se pôr como elemento mediador do processo porquanto possa formatar e reformatar a existência da força de trabalho ao sabor das movimentações cada vez em crise (de expansão, de acumulação, de rentabilidade etc.) do processo capitalista de produção. Assim, o que se tem em vista, mundialmente, com a reelaboração do ensino médio é a organização dos processos educativos no sentido objetivo da promoção da versatilidade in actu et momentum da força de trabalho incorporada e incorporável ao capital. Nas economias dominantes, isso se realiza mediante uma formação das capacidades de trabalho em epítome para a variação industrial constante em consonância com as inevitáveis flutuações do capital entre os diferentes ramos da sua produção.

No que se refere ao caso brasileiro, a coloquial e habitual reprodução canhestra do capital atrofico, carente de uma nova equação industrial de larga escala desde a desmontagem da sua forma inflacionária na década de 1990, dá azo ao NEM ao modo de uma organização desvinculada tanto da disciplinaridade acadêmica quanto de uma efetiva referência à produção objetiva do mais-valor. De certo modo, ecoando o desenvolvimento histórico da atrofia engendrada colonialmente, o capital in terra brasilis quase sempre fez de seu desnorteio reprodutivo de si um padrão de organização societário geral. Durante o bonapartismo burocrático-militar do pós-64, o equacionamento se efetivou arrimado num equacionamento expansivo da indústria via dívida pública que gerou uma série de crises de realização, acumulação e, consequentemente, de administração que se expressava como espiral inflacionária conjugada a fortes depressões. A primeira metade da década de 1990 com o aparente sortilégio de uma sacrossanta panaceia monetária articulando os preços em geral, num primeiro momento, a preços de força de trabalho e, ulterior e preponderantemente, a administração cambial, acabou por romper com aquela lógica industrial.

No entanto, em sua sequência, seja sob FHC, seja sob o PT, a industrialização como lógica de escala econômica não logrou ser concretamente retomada. Nem mesmo as privatizações promocionais com dinheiro gratuito ou a exibição de Lula como avis rara de liderança regional conseguiram resgatar alguma articulação de longo termo e

espectro que se pusesse como testa industrial da economia. Sequer o mambembe “agronegócio” se pôs numa perspectiva propriamente agroindustrial de dinâmica preponderantemente interna. Este último setor nada mais faz que renovar com pitadas glamorosas de assassinio humano e do meio-ambiente, principalmente nos últimos 5 anos, em grandeza nunca dantes vista, a principal “virtude” da atrofia capitalista brasileira: sua irresolução como lógica interna e de internalização produtiva de capital concatenada ao mercado mundial. Algo que em sua totalidade, com particulares tonalidades, caracteriza igualmente a figuração das frações de suas classes que dominam subordinadamente a cada momento. No espelho societário geral se reflete como aparência mal-ajambrada e rota a dominância de individuações e grupos proprietários que exibem, conquanto palavrório e vestimenta tomados das tendências da moda internacional, seu talhe real perversamente estreito.

O que esperar então da educação num cenário deste? Algo mais ou em alguma medida diferente da repaginação da ideologia do empreendedorismo convertida em matriz curricular? O que se vê sob os auspícios da intelligentsia contábil de bar de beira de estrada travestida de administração econômica de orçamentos públicos é nada mais senão a implantação da miséria da inteligência do futuro e do futuro da inteligência de amplos contingentes sob a égide dos assim chamados “roteiros formativos”. Tais (des)integrantes curriculares traduzem e transpõe como “nortes” de currículos a produção de uma individuação conforme a escala atual da irresolução da atrofia histórico-genética da economia brasileira. Na quadra do mercado mundial, o que se propõe é, conseqüentemente, a força de trabalho conformada a indigência de si como proprietária ilusória, não de um epítome real de capacidades de devir movida subsumidamente por processos tecnológicos produtivos de ponta, e sim de uma autarquia aparente de si sob controle de mecanismos remotos de logística final de produtos. Isto, caso os indivíduos tenham a sorte de encontrar ao azar algum padrão virtualizado para chamar de “seu”. Em grande medida, o atual (des)arranjo do ensino médio propugna a realização da fantasia de um autopatronato de si, oferecido augustamente como “autonomia” individual. Processo de “formação” de derrelita do indivíduo social. Educar que em sua essência não o prepara para outra coisa senão para o velho e “bom” processo de vida cotidiano de “se virar”. Agora, transcorrido num ambiente travejado pela ausência de horizontes de médio prazo e pela competição em sua versão mais voraz e primitiva entre as forças de trabalho depauperadas e reduzidas ao automovimento livre de sua miserabilidade quase absoluta.

Frente a este desenho canhestro e perverso de escolaridade fazemos aqui coro decidido com as palavras de ordem: não à reformulação do NEM, sim à sua imediata revogação de direito, na medida em que de fato é o contrário de qualquer educação moderna real, mesmo uma pensada nos termos do capital como capital. Urge, ao menos, voltar-se ao desenho anterior, não obstante como simples tática de retomada de espaços para a força de trabalho docente qualificada e para os conteúdos e práticas que exibam real potencialidade formativa. O que exigirá do “lado de cá” uma movimentação articulada e resoluta de negociação afirmativa e autônoma, jamais subsumida, junto a atores ou grupos da vacilante administração da União e a bancadas estaduais e federais contrárias ao modelo da derrelição escolar da individualidade. As oscilações precisam entendidas não em sua dimensão imediata, na dependência da vontade política que nela soçobra, e sim como flancos de atuação e pressão ponderadas para se alcançar pelo menos uma marcha-a-ré do processo de implementação do terrível NEM. Uma vitória, conquanto diminuta e intermitente, foi alcançada ao se paralisar o cronograma da destruição do

ensino médio, é, por conseguinte, mote para o movimento mais vigoroso de pressão social pela derrubada completa. Movimentos de educadores e de educandos, organizações de representação político-acadêmica, sindicatos e demais atuantes dos campos revolucionário, à esquerda e “progressistas” precisamos atuar pressionando legisladores, ministros, administrações em alçada estadual e federal, a revogar completamente o NEM.

Trata-se assim, de uma movimentação de caráter inicialmente “negativo”, com vistas à reposição tática de um cenário anterior numa estratégia mais ampla de reformulação socialmente afirmativa do ensino médio. Desta maneira, não se confunde, nota bene, com a consagração da configuração dual, a separação entre conhecer e produzir, como “paradigma” a ser perpetuado. Ao contrário, o modelo anterior deve ser considerado e tratado como uma trincheira em meio ao combate sangrento, na qual os educadores militantes e os militantes da educação possam se encontrar e resolver-se em torno de uma propositura de reorganização da educação média pensada de dentro dela e parametrizada pela visada de horizonte da emancipação humana: a individualidade omnilateral em seu viver, fazer e saber.

É neste espírito de combate social, do efetivo bom combate educacional pela emancipação social dos indivíduos vivos e ativos, que Trabalho&Educação convida o leitor a uma viagem qualificada e diversa pelos materiais aqui publicados.

Antônio José Lopes Alves¹

¹ Professor do Colégio Técnico e do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE), ambos da UFMG. Doutor (UNICAMP) e Mestre (UFMG) em Filosofia. Membro do Grupo de Pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes; Membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.